



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
DIRETORIA DE POLÍTICAS DE FORMAÇÃO, MATERIAIS DIDÁTICOS E
TECNOLOGIAS PARA EDUCAÇÃO BÁSICA

PRONUNCIAMENTO NA AUDIÊNCIA PÚBLICA NO SENADO FEDERAL
SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO

Prof. Dr. Marcelo Soares Pereira da Silva
Diretor de Políticas de Formação, Material Didático e Tecnologias para Educação
Básica

Apresentamos a seguir algumas considerações que visam a contribuir no processo de aprimoramento e reflexão sobre o Programa Nacional do Livro Didático.

Para muitos pesquisadores esse Programa tem suas raízes na criação, em 1929, de um órgão específico para legislar sobre políticas do livro didático, o Instituto Nacional do Livro (INL), contribuindo para dar maior legitimação ao livro didático nacional e, conseqüentemente, auxiliando no aumento de sua produção.

Em 1938, por meio do Decreto-Lei nº 10.638, de 30 de dezembro daquele ano, foi criada a Comissão Nacional do Livro Didático, que estabeleceu condições de produção, importação e utilização do livro didático.

Em 1966 essa comissão foi substituída pela Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED), que tinha como principais atribuições coordenar as ações de produção, edição e distribuição do livro didático. Seu funcionamento e ações foram viabilizados por meio dos acordos MEC/USAID, quando se assegurou a distribuição de livros, no período de três anos e estabeleceu a garantia, pelo MEC, da distribuição gratuita.

A partir de 1971 o Instituto Nacional do Livro assumiu as atribuições da COLTED, desenvolvendo o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF). Com o término do convênio MEC/USAID, efetivou-se a implantação do

sistema de contribuição financeira das unidades federadas para o Fundo do Livro Didático.

Cinco anos depois, em 1976, a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) tornou-se responsável pela execução dos programas do livro didático. Os recursos eram provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), da contribuição social do salário-educação e da contrapartida dos estados.

No início dos anos de 1980, com a extinção da FENAME, foi criada em 1983 a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) que incorporou o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF). Nesse momento o exame dos assuntos relativos aos livros didáticos, dentre outros programas, era realizado por um grupo de trabalho, quando foi proposta a participação dos professores na escolha do livro didático.

Por meio do Decreto 9.154, de 19 de agosto de 1985 o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental deu lugar ao Programa Nacional do Livro Didático, quando foram introduzidas várias mudanças com destaque para os seguintes aspectos: a indicação do livro passou a ser feita pelos professores; houve um aperfeiçoamento das especificações técnicas para a produção dos livros didáticos de modo a possibilitar sua utilização por mais de um ano; a participação financeira dos estados foi excluída passando o Ministério da Educação a assumir todo o custeio do Programa.

A partir de 1993 foi estabelecido fluxo regular de recursos para a aquisição e distribuição do livro didático, por meio da vinculação de recursos para este fim. E em 1996 inicia-se o processo de avaliação pedagógica dos livros inscritos no PNLD 1997, desenvolvido pela Secretaria de Educação Fundamental do MEC.

A partir do ano de 1997, com a extinção da FAE, o desenvolvimento do PNLD passa a ser responsabilidade do FNDE. Nesse momento o Programa foi ampliado e passou a adquirir livros didáticos de Alfabetização, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Estudos Sociais, História e Geografia, para todas as séries do ensino fundamental.

No ano de 2000 foi inserida no PNLD a distribuição de dicionários da língua portuguesa para uso dos alunos de 1ª a 4ª série em 2001. No ano seguinte, em 2001, o PNLD amplia, de forma gradativa, o atendimento aos alunos portadores de deficiência visual que estão nas salas de aula do ensino regular das escolas públicas, com livros didáticos em braille.

Em 2002, com o intuito de atingir em 2004 a meta de que todos os alunos matriculados no ensino fundamental possuam um dicionário de língua portuguesa para uso durante toda sua vida escolar, o PNLD deu continuidade à distribuição de dicionários para os ingressantes na 1ª série e atende aos estudantes das 5ª e 6ª série.

No ano de 2003 o PNLD distribuiu dicionários de língua portuguesa aos ingressantes na 1ª série e atende aos alunos das 7ª e 8ª série, alcançando o objetivo de contemplar todos os estudantes do ensino fundamental com um material pedagógico que os acompanhará continuamente em todas as suas atividades escolares. Foi distribuído, também, Atlas Geográfico para as escolas que possuem, concomitantemente, EJA e turmas de 5ª a 8ª série do ensino regular.

O Programa se amplia a cada ano e em 2004 foi feita distribuição de livros didáticos de todos os componentes curriculares aos alunos de 1ª a 4ª série; de dicionários aos alunos de 1ª série e aos repetentes da 8ª série e a última reposição e complementação do PNLD 2002 aos alunos de 5ª a 8ª série. Também foram entregues cerca de 38,9 milhões de dicionários aos estudantes, para uso pessoal. O dicionário é de propriedade do aluno, que pode compartilhar a fonte de pesquisa com toda a família.

No ano de 2005 foram distribuídos livros didáticos de todos os componentes curriculares de 1ª série, reposição da 2ª a 4ª série e complementação a todos os alunos de 5ª a 8ª série. A partir desse mesmo ano a sistemática de distribuição de dicionários foi reformulada, de maneira a priorizar a utilização do material em sala de aula. Assim, em vez de entregar uma obra para cada aluno, o MEC fornece acervos de dicionários a todas as escolas públicas de 1ª a 4ª série do ensino fundamental. As obras também passaram a ser adaptadas ao nível de ensino do aluno, da seguinte forma:

- . Dicionários do tipo 1 - com 1 mil a 3 mil verbetes, adequados à introdução das crianças a este tipo de obra.
- . Dicionários do tipo 2 - com 3,5 mil a 10 mil verbetes, apropriados a alunos em fase de consolidação do domínio da escrita.
- . Dicionários do tipo 3 - com 19 mil a 35 mil verbetes, direcionados para alunos que já começam a dominar a escrita.

Ainda em 2005, no âmbito do PNLD, foi implantado o Programa Nacional do Livro do Ensino Médio, com a seleção e distribuição de obras de Língua Portuguesa e Matemática, para as regiões Norte e Nordeste.

No ano seguinte foi realizada a distribuição de livros didáticos de todos os componentes curriculares de 1ª série; a segunda complementação do PNLD/2004 aos alunos de 2ª a 8ª série e a primeira reposição e complementação do PNLD 2005 aos alunos de 5ª a 8ª série. Também foram adquiridos dicionários destinados às bibliotecas das escolas, além de ter se realizado a distribuição na escola de 1ª a 4ª série de dicionário enciclopédico ilustrado trilingüe - Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa/Língua Inglesa aos alunos que tem surdez e utilizam a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Em 2008, com a implantação do ensino fundamental de nove anos, o PNLD para essa etapa da educação básica é aprimorado com a inclusão de obras voltadas, mais especificamente, para o letramento lingüístico e o letramento matemático e foi viabilizada a distribuição de livros didáticos de todos os componentes curriculares, alfabetização, língua portuguesa, matemática, história, geografia e ciências de 1ª, 5ª a 8ª série, além da reposição e complementação aos alunos de 2ª a 4ª série.

Atualmente o PNLD está estruturado nas seguintes etapas:

- Elaboração de Edital de Convocação
- Inscrição
- Triagem
- Pré-análise
- Avaliação pedagógica
- Elaboração do Guia de Livros Didáticos e encaminhamento para as escolas
- Escolha das obras pelas escolas
- Negociação, por parte do FNDE, com as editoras
- Produção e distribuição das obras

A elaboração do edital é de responsabilidade conjunta do FNDE e do Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Básica. Devido aos prazos necessários para atender a toda a legislação brasileira relativa à aquisição de serviços e produtos pelo poder público e os prazos necessários para se realizar uma criteriosa avaliação das obras apresentadas e posterior seleção por parte dos professores das escolas públicas das obras a serem adotadas, a definição do edital de convocação é feita com, aproximadamente, 30 meses de antecedência antes do encaminhamento das obras escolhidas para as respectivas escolas. Por exemplo, o edital relativo às obras que chegarão às escolas em 2010 foi divulgado no final do ano de 2008.

Publicado o edital de inscrição, no período especificado, as editoras inscrevem as coleções com as quais pretendem concorrer ao PNLD.

Concluído o prazo de inscrição, na etapa seguinte, o FNDE realiza a triagem das obras inscritas, quando é feita uma primeira verificação no sentido de identificar se essas obras atendem às especificações técnicas exigidas no edital.

Na seqüência, o MEC, por meio da SEB e da Comissão Técnica constituída para conduzir o processo de avaliação das obras inscritas, realizam uma pré-análise das obras ou coleções que passaram pela triagem realizam uma pré-análise, quando ainda são verificados aspectos de natureza mais técnico-administrativa. Nessa etapa é verificado o seguinte:

- I. se as obras ou coleções atendem à natureza do edital;
- II. se a documentação apresentada está completa e correta;
- III. se as obras ou coleções foram excluídas em uma avaliação pedagógica anterior e não apresentam documentação comprobatória de revisão, atualização e correção, conforme estabelece o edital;
- IV. se as obras ou coleções constituam variantes de outras obras inscritas no mesmo edital.

Concluída a pré-análise, as coleções que atenderam aos requisitos técnicos e administrativos básicos definidos no edital são submetidas à avaliação pedagógica. Essa avaliação é realizada por equipes de pareceristas, constituídas por área de conhecimentos correspondentes às áreas previstas no edital, em que participam docentes da educação básica e que apresentem qualificação mínima em nível de mestrado; e pesquisadores e professores universitários das respectivas áreas de conhecimentos, com comprovada experiência acadêmica, didática e pedagógica nessas áreas. Há uma Comissão Técnica específica em cada área, que juntamente com a SEB/MEC, coordena o processo de avaliação da obras.

Nessa avaliação, além de critérios específicos relativos a cada área de conhecimento, são definidos como critérios comuns de eliminação;

- (i) correção de conceitos, informações e procedimentos propostos como objetos de ensino e aprendizagem;
- (ii) coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica assumida pela coleção, no que diz respeito à proposta didático-pedagógica explicitada;

- (iii) adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico aos objetivos didático-pedagógicos da coleção.
- (iv) observância das características e finalidades específicas do manual do professor;
- (v) respeito a preceitos legais e jurídicos, bem como a princípios éticos necessários à construção da cidadania.

No escopo desses critérios comuns de eliminação é, também, fator determinante para eliminação de uma determinada obra ou coleção aquela que, nos termos do edital:

- (i) veicular preconceitos de condição social, regional, étnico-racial, de gênero, de orientação sexual ou de linguagem, assim como qualquer outra forma de discriminação ou de violação de direitos;
- (ii) fazer doutrinação religiosa ou política, desrespeitando o caráter laico e autônomo do ensino público;
- (iii) utilizar o material escolar como veículo de publicidade ou de difusão de marcas, produtos ou serviços comerciais.

Concluída a fase de avaliação pedagógica das obras ou coleções e definidas as obras que foram aprovadas nessa fase é elaborado o Guia de Livros Didáticos e seu encaminhamento para as escolas públicas. Com base nesse Guia a equipe de professores das escolas procede à seleção da obra a qual pretende adotar e o FNDE realiza a negociação com as editoras para produção e distribuição dos textos selecionados.

Inúmeros estudos têm evidenciado que o Programa Nacional do Livro Didático, nos moldes que vem sendo desenvolvido a partir de meados dos anos de 1990 e com todos os aprimoramentos introduzidos ao longo dessa primeira década do século XXI, tem se constituído em fator decisivo para a melhoria na qualidade técnica, didática e pedagógica desta importante ferramenta no trabalho do professor e do aluno no processo de ensino-aprendizagem, que é o livro didático.

Do mesmo modo essa melhora é constatada, também, a cada processo de avaliação.

Por isso, entendemos ser de fundamental importância dar continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido no PNLDD, sempre atentos e abertos ao diálogo com a sociedade em seus diferentes segmentos e instituições, pois assim consolidaremos cada vez mais o livro didático como mais uma ferramenta pedagógica

importante no desenvolvimento de uma educação que conduza ao desenvolvimento da criatividade, da autonomia, da solidariedade, do espírito de justiça e de respeito à diversidade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Brasília, 12 de novembro de 2008

PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO/2010

Ampliação da distribuição de Livros Didáticos

Ano de escolaridade	Tipo de obra	Componente curricular
1º ano e 2º ano	Coleções definidas por componente curricular, cada uma com um livro consumível para o ano em questão.	1) Letramento e alfabetização lingüística 2) Alfabetização matemática
2º ano	Coleções definidas por componente curricular, cada uma com um livro não- consumível para o ano em questão	Ciências, História e Geografia
3º ano 4º ano 5º ano	Coleções definidas por componente curricular, cada uma com um livro não- consumível para o ano em questão	Ciências, Língua Portuguesa, História, Matemática e Geografia

Ministério
da Educação



PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO/2010

Livros Didáticos Regionais

Ano de escolaridade	Tipos de obra	Componente curricular
4º série / 5º ano	Um livro não-consumível por componente curricular.	História Geografia

Ministério
da Educação



PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO/2010

Evolução dos investimentos

Ano de aquisição	Ano do PNLD (Ano letivo)	Alunos Beneficiados	Escolas Beneficiadas	FÍSICO		Financeiro
				Livros	Dicionários	
1995	1996	29.423.376	179.953	80.267.799		196.408.626,00
1996	1997	30.565.229	179.133	84.732.227		223.251.105,00
1997	1998	22.920.522	169.953	84.254.768		288.730.591,00
1998	1999	32.927.703	169.949	109.159.542		373.008.768,00
1999	2000	33.459.900	165.495	72.616.050		273.625.130,00
2000	2001	32.523.494	163.368	110.052.003	20.231.351	486.479.318,00
2001	2002	31.942.076	162.394	110.555.046	10.140.546	542.848.625,00
2002	2003	31.966.753	159.228	52.496.832	4.528.041	277.416.507,00
2003	2004	31.911.098	149.968	116.030.521	3.349.920	600.074.313,00
2004	2005	30.837.947	149.968	111.189.126		619.247.203,00
2005	2006	29.864.445	147.407	44.245.296	6.403.759	352.797.577,00
2006	2007	28.591.571	144.943	102.521.965		563.725.709,98
2007	2008	31.140.144	139.839	110.241.724		679.948.005*

* - Previsão

Ministério
da Educação



